REVISTA CIENTÍFICA - RECIMA21 ISSN 2675-6218

POLÍTICAS PÚBLICAS DE NUTRIÇÃO VOLTADAS AO IDOSO NO BRASIL: AVANÇOS E DESAFIOS

PUBLIC NUTRITION POLICIES FOR THE ELDERLY IN BRAZIL: ADVANCES AND CHALLENGES

POLÍTICAS PÚBLICAS DE NUTRICIÓN DIRIGIDAS A LOS ADULTOS MAYORES EN BRASIL: AVANCES Y DESAFÍOS

Rayele Quadros de Lima[1], Andrea Ferreira Gomes[2]

e6126980
https://doi.org/10.47820/recima21.v6i12.6980

PUBLICADO: 12/2025

RESUMO

O acelerado envelhecimento populacional e a crescente prevalência de Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNT) no Brasil impõem desafios significativos aos sistemas de saúde e reforçam a importância da nutrição para o envelhecimento ativo. O presente estudo teve como objetivo analisar os avanços e os desafios na implementação das políticas públicas de nutrição voltadas para a população idosa no país. Trata-se de uma Revisão Bibliográfica Integrativa qualitativa e exploratória, que analisou a literatura científica e documentos normativos, utilizando bases de dados como SciELO, LILACS e repositórios governamentais. O estudo identificou a existência de um arcabouço legal robusto, com destaque para o Estatuto da Pessoa Idosa, a Política Nacional do Idoso (PNI) e a Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa (PNSPI), que promovem a autonomia e a atenção integral. Entretanto, o principal achado é que o desafio reside na efetivação e na capilaridade dessas políticas, com lacunas na divulgação, no acesso equitativo e na vigilância nutricional na Atenção Básica. A relevância da intervenção nutricional foi confirmada como fundamental para a prevenção da vulnerabilidade e manutenção da capacidade funcional, sendo a atuação do nutricionista um elemento crucial para o envelhecimento digno. Em conclusão, para que os avanços legais se traduzam em melhoria da qualidade de vida, é urgente investir na capacitação profissional e na expansão de programas que integrem as diretrizes nutricionais na gestão do cuidado crônico do idoso no SUS.

PALAVRAS-CHAVE: Idoso. Qualidade de vida. Nutrição em Saúde Pública. Envelhecimento Saudável. Saúde da Família.

ABSTRACT

Brazil's rapid population aging and the increasing prevalence of Non-Communicable Chronic Diseases (NCDs) pose significant challenges to health systems and underscore the importance of nutrition for active aging. This study aimed to analyze the advances and challenges in the implementation of public nutrition policies for the elderly population in the country. This is an exploratory and qualitative Integrative Literature Review, which analyzed scientific literature and normative documents from databases such as SciELO, LILACS, and government repositories. The study identified the existence of a robust legal framework, highlighted by the Elderly Statute, the National Policy for the Elderly (PNI), and the National Health Policy for the Elderly (PNSPI), which promote autonomy and comprehensive care. However, the main finding is that the challenge lies in the effectiveness and reach of these policies, with gaps in dissemination, equitable access, and nutritional surveillance in Primary Health Care. The importance of nutritional intervention was

[1] Acadêmica do Curso de Nutrição do Centro Universitário Aparício Carvalho.
[2] Nutricionista e Especialista em saúde da família. Docente no Centro Universitário Aparício Carvalho. Professora Orientadora.

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

confirmed as fundamental for preventing vulnerability and maintaining functional capacity, with the role of the nutritionist being a crucial element for dignified aging. In conclusion, for legal advances to translate into improved quality of life, it is urgent to invest in professional training and program expansion that integrate nutritional guidelines into the chronic care management of the elderly within the SUS.

KEYWORDS: *Elderly. Quality of life. Nutrition in Public Health. Healthy Aging. Family Health.*

RESUMEN
El acelerado envejecimiento poblacional y la creciente prevalencia de Enfermedades Crónicas No Transmisibles (ECNT) en Brasil imponen desafíos significativos a los sistemas de salud y refuerzan la importancia de la nutrición para un envejecimiento activo. El presente estudio tuvo como objetivo analizar los avances y los desafíos en la implementación de políticas públicas de nutrición dirigidas a la población adulta mayor en el país. Se trata de una Revisión Bibliográfica Integrativa, de carácter cualitativo y exploratorio, que analizó la literatura científica y documentos normativos utilizando bases de datos como SciELO, LILACS y repositorios gubernamentales. El estudio identificó la existencia de un marco legal robusto, con énfasis en el Estatuto de la Persona Adulta Mayor, la Política Nacional de la Persona Adulta Mayor (PNI) y la Política Nacional de Salud de la Persona Adulta Mayor (PNSPI), que promueven la autonomía y la atención integral. Sin embargo, el principal hallazgo es que el desafío reside en la efectividad y la capilaridad de estas políticas, evidenciando brechas en la divulgación, en el acceso equitativo y en la vigilancia nutricional en la Atención Básica. La relevancia de la intervención nutricional fue confirmada como fundamental para prevenir la vulnerabilidad y mantener la capacidad funcional, siendo la actuación del nutricionista un elemento crucial para un envejecimiento digno. En conclusión, para que los avances legales se traduzcan en una mejora de la calidad de vida, es urgente invertir en la capacitación profesional y en la expansión de programas que integren las directrices nutricionales en la gestión del cuidado crónico de la persona adulta mayor en el SUS.

PALABRAS CLAVE: *Persona adulta mayor. Calidad de vida. Nutrición en Salud Pública. Envejecimiento Saludable. Salud de la Familia.*

1. INTRODUÇÃO

O crescimento da expectativa de vida tem colocado o Brasil entre as nações com maior número de pessoas idosas. Projeções indicam que, em 25 anos, essa população poderá ultrapassar 30 milhões de indivíduos, concomitantemente a um aumento no número de patologias típicas da senilidade (Nascimento *et al.,* 2011).

Com isso, a queda das taxas de fecundidade e o aumento da expectativa de vida, somados à melhora nas condições sanitárias e socioeconômicas, resultaram em um processo acelerado do envelhecimento populacional (Mrejen *et al.,* 2023). Embora esse fenômeno represente um avanço social, ele também impõe desafios significativos aos sistemas de saúde e previdência social, sobretudo em países em desenvolvimento, que enfrentam limitações de recursos e infraestrutura (Trintinaglia *et al.,* 2021).

Apesar de possuir marcos legais como a Política Nacional do Idoso (PNI), instituída em 1994, e a Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa (PNSPI), de 2006, que visam a promoção da autonomia e a independência, o país ainda enfrenta obstáculos para sua implementação

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

efetiva. Muitas dessas políticas são pouco conhecidas, tanto por profissionais de saúde quanto pela própria população idosa. Além disso, há uma deficiência na divulgação dos programas e benefícios já existentes, o que compromete a adesão e a efetividade das ações (Barbosa, 2016).

Diante desse contexto, o presente estudo justifica-se pela necessidade de aprofundar a discussão sobre a implementação de políticas públicas de nutrição voltadas à população idosa no Brasil. A nutrição constitui um dos pilares do envelhecimento ativo, conceito esse que ultrapassa a ausência de doenças e busca otimizar as condições de saúde, participação e segurança em todas as etapas da vida. Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS, 2020), a saúde é um estado de completo bem-estar físico, mental e social e não apenas a ausência de doença ou enfermidade. Assim, políticas que favoreçam a alimentação adequada, acesso a serviços de qualidade e a mobilidade são essenciais no cenário atual (Souza, 2021).

Dessa forma, este estudo pretende contribuir para a área de saúde coletiva, servindo como uma compilação de informações que podem incentivar a obtenção de conhecimento por parte de profissionais de saúde e órgãos públicos. Ao analisar os avanços e desafios, o trabalho dará visibilidade às lacunas existentes e sugerirá a necessidade de novos estudos. Assim, ele pode auxiliar no esclarecimento, divulgação, desenvolvimento e implementação de políticas que garantam a dignidade e o bem-estar dos idosos.

2. MÉTODOS

Este estudo é uma Revisão Bibliográfica Integrativa, de abordagem qualitativa e caráter exploratório, que analisou os avanços e desafios das políticas públicas de nutrição voltadas à população idosa no Brasil. A pesquisa incluiu bases de dados (SciELO, LILACS, PubMed, Google Acadêmico) e repositórios governamentais (Ministério da Saúde, IPEA e OMS). Utilizaram-se descritores como Envelhecimento, Nutrição em Saúde Pública e Políticas Públicas. Foram selecionados artigos e documentos de 2015 a 2025, redigidos em português e inglês, que abordam aspectos legais, programáticos e nutricionais das políticas voltadas à pessoa idosa.

Excluíram-se artigos duplicados ou sem relação direta com o tema. Após a seleção, o material foi organizado em categorias temáticas, permitindo a análise comparativa entre o conteúdo idealizado nas políticas e sua efetivação prática.

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

REVISTA CIENTÍFICA - RECIMA21 ISSN 2675-6218

Autor/ região/ periódico/ ano	Título	Principais resultados
Barboza LP, Souza MCM/ Rio de Janeiro/ Rev Bras Med Fam Comunidade/ 2024.	Gestão do cuidado de população com doenças crônicas em Unidade de Saúde da Família: relato de experiência	A partir da planilha, foi possível identificar 360 usuários faltosos, 68% do total de pacientes com hipertensão e diabetes, dos quais 146 apresentaram alto risco cardiovascular; assim, foi realizada busca ativa com agendamento preferencial por estratificação de risco cardiovascular e visitas domiciliares. Após as ações, foi possível reduzir em 45% o número de faltosos e consolidar a educação permanente na agenda da unidade.
Fernandes MEM, Lima SCVC, Barbosa SS, Oliveira RS, Sousa LCM, Bezerra MS, et al/ Rio Grande do Norte/ Rev Saúde Pública/ 2024.	Adesão ao Guia Alimentar da população brasileira e aspectos sociodemográficos: Estudo Brazuca	O escore médio foi de 40,5, e a alta adesão ao Guia foi observada em 40,8% da população, com associação significativa para o sexo feminino e pessoas idosas. Pessoas que declararam renda per capita mensal inferior a um salário-mínimo obtiveram menor probabilidade de ter alta adesão ao Guia, fator intensificado para aqueles que ganhavam um valor ≤ 1/4 salário-mínimo
Giacomin K, Nunes L, Mrejen M/ São Paulo/ Instituto de Estudos de Políticas de Saúde/ 2023.	Envelhecimento populacional e saúde dos idosos: O Brasil está preparado?	O Brasil enfrenta um acelerado envelhecimento populacional, com a proporção de idosos. Esse processo traz desafios significativos ao sistema de saúde, elevando a demanda por serviços e cuidados no domicílio.
Jesus LF, Mafra SCT/ Minas Gerais/ Escola de Humanidades/ 2025.	Discussões de políticas públicas de cuidado, com o enfoque no envelhecimento	Enfatiza-se a necessidade de estabelecer políticas abrangentes que definam a responsabilidade do cuidado na sociedade brasileira e protejam os idosos e suas famílias. Em conclusão, urge a criação de uma política clara que promova a melhoria da qualidade de vida na terceira idade, com valorização de todos os idosos.
Jesus JQ, Coelho NRA/	A relevância do	O artigo apresenta uma revisão

ISSN: 2675-6218 - RECIMA21
Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

São Paulo/ Rev Kairós-Gerontologia/ 2021.	nutricionista na qualidade de vida da população geriátrica: uma revisão sistemática	bibliográfica sistemática sobre a relevância do nutricionista na vida do idoso, com foco em pessoas que não estão institucionalizadas. Conclui-se que o nutricionista tem um papel fundamental na vida dessa população, pois a alimentação balanceada está ligada a uma melhor expectativa e qualidade de vida.
Mendes BM, Ribeiro AN, Dias JS/ Manaus/ Rev Foco/ 2024.	Prevalência de idosos com doenças crônicas no Brasil	Pesquisas mostram que acima de 75% dos idosos sofrem de pelo menos uma doença crônica, o que afeta sua qualidade de vida e impõe dificuldades ao sistema de saúde. O tratamento dessas condições demanda a implementação de políticas de saúde pública focadas em prevenção e controle contínuo.
Nascimento LA. Aliberti MJR, Golin N, et al/ São Paulo-California/ *Journal of Cachexia, Sarcopenia and Muscle*/ 2025.	*Nutritional status predicts functional recovery and adverse outcomes in older adults: A prospective cohort study*	O total de 780 pacientes (idade média de 80 anos) ± 9 foram incluídos como participantes da pesquisa, menos de 32,2% dos quais apresentavam deficiência nutricional (predominantemente do sexo masculino), dos quais 32,2% foram identificados como tendo deficiência nutricional e 22,1% apresentando desnutrição. Pacientes sem risco nutricional apresentaram uma recuperação funcional significativamente maior.
Perdigão-Nass LM, Brasília/ Revista Sociedade Científica/ 2025.	Políticas públicas para a pessoa idosa: uma revisão narrativa cronológica	Políticas públicas constituem um conjunto de intervenções planejadas e implementadas pelo Estado com o propósito de enfrentar demandas coletivas e responder a carências estruturais.
Rodrigues JC, Haddad MF, Lima de LT, Figueiredo RO/ Manaus/ Rev Foco/ 2024.	Desafios e estratégias para uma nutrição adequada na terceira idade	O estudo objetivou analisar os desafios enfrentados pelos idosos para manter uma nutrição adequada na terceira idade. Esta pesquisa é uma revisão bibliográfica, de método exploratório e qualitativo. O estudo concluiu que a orientação do nutricionista se torna fundamental na adequação de uma dieta personalizada, visando garantir uma nutrição adequada e um

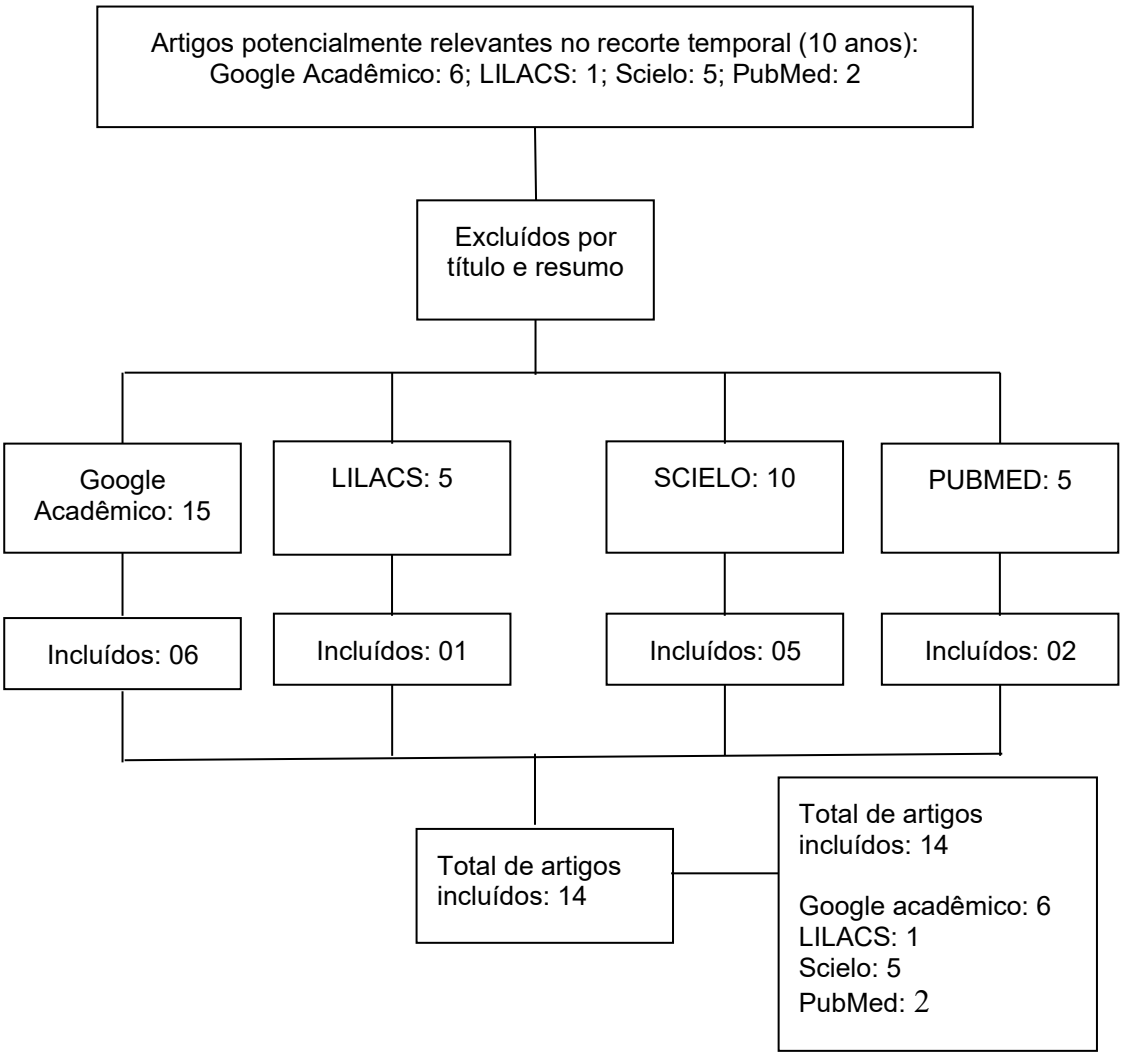
Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

		envelhecimento saudável.
Sá SPC, Cunha BSS, Nascimento AAS/ Rio de Janeiro/ 2011.	Perfil clínico de internação de idosos na unidade de emergência de um hospital geral	Relevante a promoção da atenção à saúde integral do idoso, pautado na oferta de serviço de qualidade, com atendimento humanizado, integrado e participativo da população.
Silveira TA, Júnior EGS, Eulálio MC/ Paraíba/ Rev de Psicologia e Saúde/ 2022.	Esperança e qualidade de vida em pessoas idosas	A pesquisa destacou o fator psicológico da Qualidade de Vida, que foi o mais preditivo. Os resultados reforçam a importância da relação entre o sentimento de esperança e a qualidade de vida, especialmente para o fator psicológico, no campo da pesquisa e das intervenções com idosos.
Tavares RE, Jesus de MCP, Machado DR, Braga VAS, Tocantins FR, Merighi MAB/ Rio de Janeiro/ Rev Brasileira Geriatria Gerontol/ 2017.	Envelhecimento saudável na perspectiva de idosos: uma revisão integrativa	Onze artigos foram considerados elegíveis para esta revisão. Estes permitiram identificar que o envelhecimento saudável está relacionado a diferentes dimensões de saúde: biológica (adoção de hábitos e comportamentos saudáveis como autorresponsabilidade), psicológica (sentimentos de otimismo e felicidade), espiritual (fé e religiosidade) e social (reciprocidade no apoio social e capacidade de viver com autonomia e independência).
Torres KRBO, Campos MR, Luiza VL, Caldas CP/ Rio de Janeiro/ Rev de Saúde Coletiva/ 2020.	Evolução das políticas públicas para a saúde dos idosos no contexto do Sistema Único de Saúde	O texto reflete sobre a evolução da política pública de saúde para o idoso, desde a implantação do SUS, comparando-a com os indicadores de saúde propostos no Pacto pela Saúde e no Contrato Organizativo da Ação Pública da Saúde. Entre 2007 e 2012, existiu um indicador específico para a saúde do idoso, mas a meta jamais foi alcançada, levando à sua posterior remoção.

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

REVISTA CIENTÍFICA - RECIMA21 ISSN 2675-6218

Trintinaglia V, Bonamigo AW, Azambuja MS/ Porto Alegre/ Rev Brasileira Promoção Saúde/ 2021.	Políticas Públicas de Saúde para o Envelhecimento Saudável na América Latina: uma revisão integrativa	Elencaram-se 37 artigos, distribuídos em quatro categorias de análise, de acordo com o tema abordado: políticas públicas para o envelhecimento; envelhecimento saudável: algumas propostas; envelhecimento e doenças e; por último, saúde do idoso e dos profissionais da saúde. A transição demográfica vivenciada nos países deste estudo sinaliza uma preocupação diante das futuras demandas necessárias à assistência da população idosa.



Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

3. OBJETIVOS

3.1. Objetivo Geral

Analisar os avanços e os desafios na implementação das políticas públicas de nutrição voltadas para a população idosa do Brasil, considerando o contexto do envelhecimento populacional e da crescente demanda por serviços de saúde.

3.2. Objetivos específicos

1. Identificar os principais marcos regulatórios e programas federais de nutrição, como a PNAN e o Guia Alimentar, que representam avanços para a promoção da saúde nutricional do idoso no Brasil.

2. Discutir as barreiras e lacunas na implementação dessas políticas, com foco nos desafios do acesso, equidade, capacitação profissional e de vigilância nutricional na Atenção Básica de Saúde.

3. Avaliar a importância das intervenções nutricionais como instrumento fundamental para a promoção do envelhecimento ativo, da autonomia e da prevenção de doenças crônicas e da vulnerabilidade nutricional na pessoa idosa.

4. DESENVOLVIMENTO

4.1. Envelhecimento Populacional

A transição demográfica e epidemiológica, observadas desde o século XX, provocou transformações expressivas na composição etária dos países, resultando em um crescimento da população idosa. Esse fenômeno é reconhecido como um dos maiores desafios contemporâneos da saúde pública, por exigir a readequação dos sistemas de atenção e das políticas sociais (Zen *et al.,* 2018).

A Organização Mundial da Saúde (OMS, 2020) instituiu o período de 2020 a 2030 como a “Década do Envelhecimento Saudável”, com o propósito de promover ações integradas que melhorem a qualidade de vida das pessoas idosas e ampliem sua participação na sociedade alinhado com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Organização das Nações Unidas (ONU) (Jesus; Mafra., 2025).

No Brasil, o envelhecimento populacional ocorre de forma acelerada, estudos apontam aumento contínuo da proporção de pessoas com 60 anos ou mais, impulsionado pela redução das taxas de natalidade e pela melhoria nas condições de vida (Mrejen; Nunes; Giacomin, 2023). De acordo com dados da Fundação Oswaldo Cruz (2018), Estudo Longitudinal da Saúde dos Idosos Brasileiros (Elsi-Brasil) apontou que 75,3% dos idosos brasileiros dependem exclusivamente dos

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

serviços prestados pelo Sistema Único de Saúde (SUS), sendo que 83,1% realizaram pelo menos uma consulta médica nos últimos 12 meses. Nesse período, foi identificado que 10,2% dos idosos foram hospitalizados uma ou mais vezes (Pendido, 2018).

Entretanto, o aumento da expectativa de vida tem sido acompanhado pela prevalência de doenças crônicas degenerativas. Essas condições são mais frequentemente observadas nas populações mais idosas, as chamadas doenças não transmissíveis (DNT), como as doenças cardiovasculares (DCV), as doenças neurodegenerativas (Parkinson e Alzheimer) e o diabetes, que são responsáveis por 70% da mortalidade global anualmente (Dominguez *et al.,* 2022).

4.2. Vulnerabilidade Nutricional do Idoso no Contexto do Envelhecimento Saudável

O envelhecimento é um fenômeno, natural, gradual e multifatorial, caracterizado por transformações biológicas, funcionais, bioquímicas e psicológicas que ocorrem ao longo da vida.

Tais alterações impactam a composição corporal, a imuno competência, a conformação e a fisiologia da região bucal, além de alterações nos órgãos dos sentidos (olfato, paladar, audição e visão), e nos sistemas gastrointestinal, cardiovascular e neurológico (Ribeiro *et al.,* 2023). Em virtude dessas transformações, há um comprometimento da autonomia e da capacidade de adaptação do organismo ao meio externo, aumentando sua suscetibilidade e vulnerabilidade a patologias (Macena *et al.,* 2018, p. 225).

Contudo, é importante reconhecer que o envelhecimento não ocorre de forma uniforme, ou seja, cada indivíduo envelhece de forma única, sendo influenciado por suas experiências e trajetórias de vida, bem como pelo contexto social, cultural, entre outros fatores (Jesus; Mafra., 2025).

A Organização Mundial da Saúde (OMS) define o envelhecimento saudável como o "processo de desenvolvimento e manutenção da capacidade funcional que permite o bem-estar na idade avançada". Desse modo, envelhecimento saudável vai além da ausência da doença, envolve a preservação da autonomia, independência habilidades que possam ajudar a vivenciar o envelhecimento da melhor forma possível, mesmo para aqueles que convivem com doenças crônicas (Tavares *et al.,* 2017).

Nessa ótica, pesquisar mostram que os próprios idosos associam o envelhecimento saudável com a adoção de mudanças de hábitos, como a alimentação saudável e equilibrada, a prática regular de atividades físicas, não ser etilista e nem tabagista. Tais comportamentos reduzem o risco e/ou ajudam no controle de Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNT), como hipertensão e diabetes, que são as principais causas de mortalidade nessa faixa etária (Tavares *et al.,* 2017).

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

4.3. Base dos Direitos do Idoso

Os direitos da população idosa estão assegurados pela Lei nº 14.423, de 2022, que institui o Estatuto da Pessoa Idosa. O Art. 1º estabelece: "É instituído o Estatuto da Pessoa Idosa, destinado a regular os direitos assegurados às pessoas com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos".

O Art. 3º dispõe: "É obrigação da família, da comunidade, da sociedade e do poder público assegurar à pessoa idosa, com absoluta prioridade, a efetivação do direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária".

No período posterior à criação do SUS, uma das primeiras iniciativas específicas para os idosos foi a Política Nacional do Idoso (PNI) de 1994, Lei nº 8.842, regulamentada pelo Decreto nº 1.948 de 3 de julho de 1996 (Brasil, 1996). A PNI estabeleceu diretrizes que asseguram os direitos sociais dos idosos, criando condições para promover sua autonomia, integração e participação efetiva na sociedade. Também reafirmava o direito à saúde desta população nos diversos níveis de atendimento do Sistema único de Saúde (SUS) (Brasil, 1994).

Posteriormente, o Pacto pela Saúde trouxe avanços significativos na atenção à saúde do idoso, como meta prioritária, a implantação da Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa (PNSPI), regulada pela Portaria MS/GM nº 2.528/2006 (Brasil, 2006a). Esta nova política, com diretrizes semelhantes às do Pacto pela Saúde, teve como principal propósito o cuidado integral ao idoso (Torres *et al.,* 2019).

Essas políticas formam um arcabouço legal sólido que, embora represente importante avanço normativo, ainda enfrenta desafios no que diz respeito à sua efetivação no cotidiano dos serviços públicos.

4.4. Avanços e Desafios na Implementação das Políticas de Nutrição

O padrão alimentar dos brasileiros apresenta particularidades regionais, históricas e culturais que permitem um padrão alimentar positivo, de pessoas adultas e idosas, ainda caracterizado pelo consumo de alimentos *in natura* ou minimamente processados, principalmente feijão, arroz e carnes, seguido de carnes e leite pelas pessoas idosas, segundo dados da Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) de 2017–2018, o que representa um ponto favorável ao envelhecimento saudável (Fernandes *et al.,* 2024).

Para orientar a continuidade desse padrão saudável e as ações de saúde, o Brasil conta com documentos e diretrizes, como os Guias Alimentares, produzidos pelo Ministério da Saúde. São guias que constituem importantes instrumentos para subsidiar políticas públicas, ações de atenção nutricional e estratégias de educação alimentar (Fernandes *et al.,* 2024).

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

Em nível internacional, a promoção do bem-estar das pessoas inclui a Segunda Assembleia Mundial, realizada em Madrid 2002, sobre Envelhecimento, que fundamentou o Plano Internacional do Envelhecimento, elencando o "bem-estar na velhice" como prioridade de ação. Subsequentemente, em 2015, o relatório da Organização Mundial da Saúde (OMS) sobre envelhecimento e saúde englobou o bem-estar ao conceito de envelhecimento saudável, enfatizando a importância de "promover a saúde e o bem-estar ao longo da vida" (Tavares *et al.,* 2017).

Iniciativas como a inserção dos idosos em grupos de convivência e de educação em saúde, bem como o estímulo à participação social em conselhos e atividades comunitárias, são cruciais. Tais ações buscam o estímulo à autonomia e ao autocuidado do idoso, além de promoverem o envelhecimento ativo, voltado ao vínculo social e comunitário (Trintinaglia *et al.,* 2021). É imprescindível, portanto, que se implante políticas públicas que estimulem a alimentação saudável no idoso, visto que se trata de um componente essencial para uma boa condição de saúde (Trintinaglia *et al.,* 2021).

Com foco nas necessidades nutricionais específicas dessa fase da vida, os *déficits* nutricionais podem ser minimizados com mudanças alimentares, através da reposição de nutrientes essenciais, visando não apenas a manutenção da saúde, mas a prevenção de complicações comuns nessa faixa etária (Gonçalves, 2023).

As necessidades especificas da população idosa também requerem atenção especial. Alterações fisiológicas e o risco com as deficiências, especialmente de vitamina D, cálcio e vitamina B12, podem alterar a saúde óssea, cognitiva e neurológica. A reposição adequada desses micronutrientes, como o cálcio conjugado com a vitamina D, contribui para prevenção de osteoporose e do risco de fraturas, que são comuns para essa população nessa fase da vida (Carvalho; Souza, 2023). De modo complementar, a vitamina B12 atua nas funções neurológicas e cognitivas, e sua deficiência pode levar a problemas como anemia e comprometimento cognitivo, que são preocupantes na terceira idade (Oliveira; Costa, 2022).

Nesse cenário, destaca-se a importância de ampliar programas públicos que incorporem ações nutricionais baseadas em vigilância alimentar e educação em saúde, assegurando suporte e orientações adequadas aos idosos, garantindo que eles possam mantes alimentação adequada na senescência (Rodrigues *et al.,* 2024).

4.5. Impacto Positivo das Intervenções Nutricionais no Envelhecimento Ativo

Os dados da Pesquisa Nacional de Saúde (PNS) de 2019, mostram que mais de 55% dos idosos apresentam hipertensão arterial, enquanto cerca de 21% têm diabetes. Essa elevada prevalência de doenças crônicas reforça, portanto, uma reavaliação na maneira como os cuidados

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

de saúde é oferecida, com um foco maior na prevenção e no tratamento adequado dessas condições (Mendes; Ribeiro; Dias, 2024).

Diante desse cenário, a promoção da saúde desempenha um papel fundamental na melhoria da qualidade de vida do indivíduo e coletividades. Se concretizando através de políticas, estratégias, ações e intervenções. São ações que visam favorecer escolhas saudáveis por parte dos indivíduos e coletividades no território onde residem, estudam, trabalham, entre outros (Brasil, 2025).

Entre essas estratégias, destaca-se a Promoção da Alimentação Adequada e Saudável (PAAS), que buscam apoiar estados e municípios brasileiros na implementação de ações e proteção à saúde da população, possibilitando um potencial de crescimento e desenvolvimento humano, com qualidade de vida e cidadania. Além disso, a PAAS reflete a preocupação com a prevenção e com o cuidado integral dos agravos relacionados à alimentação e nutrição, como a prevenção das carências nutricionais, desnutrição, e contribui para a redução da prevalência do sobrepeso, obesidade e das doenças crônicas não transmissíveis. Ainda mais importante para o grupo etário em questão, essa política contempla necessidades alimentares especiais tais como doença falciforme, hipertensão, diabetes, câncer, doença celíaca, entre outras (Brasil, 2025).

Para fazer frente a esse desafio epidemiológico, o Brasil implementou estratégias de monitoramento e gestão do cuidado da população portadora de Hipertensão Arterial (HAS) e Diabetes Melittus (DM) baseadas no Modelo de Atenção às Condições Crônicas (MACC). Esse modelo integra o modelo de cuidados crônicos com o modelo de pirâmides de riscos e os determinantes sociais de saúde, a fim de adequá-lo às especificidades do Sistema Único de Saúde (SUS). As intervenções realizadas nos elementos do MACC na atenção primária demonstram benefícios, especialmente na educação para o autocuidado, que pode ser considerado como indicador de qualidade (Barboza; Souza, 2024).

Nesse sentido, é direto da população idosa o acesso a serviços públicos ou privados adequados, que possam mudar a realidade do idoso. É fundamental, mostrar que o nutricionista tem um papel expressivo na vida e na saúde da população geriátrica, em que é capaz de promover mudanças comportamentais relacionadas à alimentação e apoio a adoção de hábitos saudáveis. Ademais, é importante ressaltar a valorização dos profissionais da saúde, é preparação dos mesmos para os assuntos abordados, na contribuição da prevenção de doenças e promoção da saúde, consequentemente, promovendo a diminuição dos idosos nas redes públicas de saúde e assim contribuindo diretamente para o envelhecimento ativo (Jesus; Coelho, 2021).

ISSN: 2675-6218 - RECIMA21
Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

5. CONSIDERAÇÕES

O presente estudo propôs analisar os avanços e os desafios na implementação das políticas públicas de nutrição voltadas para a população idosa no Brasil, diante do acelerado envelhecimento populacional e da crescente demanda por serviços de saúde. Esta revisão integrativa confirmou a existência de um arcabouço legal robusto, representado por marcos como o Estatuto da Pessoa Idosa, a Política Nacional do Idoso (PNI) e a Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa (PNSPI), que visam assegurar o direito à saúde e à alimentação adequada. Além disso, o país conta com diretrizes consistentes, como o Guia Alimentar, que reforçam a adoção de padrões alimentares baseados em alimentos in natura e minimamente processados.

No entanto, o principal desafio identificado reside na efetivação e na capilaridade dessas políticas. O envelhecimento acelerado da população, associado ao aumento das Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNT) e à vulnerabilidade nutricional decorrente de alterações fisiológicas, impõe urgência na reavaliação dos cuidados ofertados. Os resultados evidenciam lacunas na Atenção Básica de Saúde, especialmente relacionadas à deficiência na comunicação, ao desconhecimento das políticas por profissionais e usuários e à dificuldade em assegurar equidade no acesso, sobretudo para idosos em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

A intervenção nutricional foi reafirmada como um pilar fundamental para o envelhecimento ativo, sendo crucial para a manutenção da capacidade funcional, da autonomia e para a prevenção de complicações. A Promoção da Alimentação Adequada e Saudável (PAAS) e o Modelo de Atenção às Condições Crônicas (MACC) representam avanços programáticos que, quando implementados com foco na educação para o autocuidado e na estratificação de risco, demonstram potencial para reduzir taxas de morbidade e a demanda por serviços hospitalares. A principal contribuição deste estudo reside justamente em dar visibilidade às lacunas entre o ideal normativo e a realidade de sua aplicação.

Em síntese, torna-se urgente a consolidação de uma política clara que priorize a valorização e capacitação de profissionais, como o nutricionista, na gestão do cuidado da população geriátrica. A ampliação e o financiamento de programas de vigilância nutricional e de busca ativa de pacientes faltosos são medidas essenciais para garantir que os avanços legais se traduzam em melhoria efetiva da qualidade de vida e na redução da sobrecarga sobre as redes públicas de saúde.

Para pesquisas futuras, recomenda-se a realização de estudos de campo que avaliem o impacto direto da capacitação das equipes de saúde da família na adesão dos idosos às diretrizes do Guia Alimentar, bem como investigações sobre modelos mais eficazes de integração dos serviços de nutrição no contexto do MACC, com foco em indicadores de recuperação funcional e redução de reinternações.

ISSN: 2675-6218 - RECIMA21
Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

REFERÊNCIAS

BARBARA, A. Perfil Clínico de Internação de Idosos na Unidade de Emergência de um Hospital Geral. Rio de Janeiro: Hospital Federal de Bonsucesso (HFB), s. d. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/hfb/artigo_barbara.pdf. Acesso em: 22 out. 2025.

BARBOZA, L. P.; SOUZA, M. C. M. Gestão do cuidado de população com doenças crônicas em Unidade de Saúde da Família: relato de experiência. **Rev Bras Med Fam Comunidade**, v. 19, n. 46, p. 4214, 2024. https://doi.org/10.5712/rbmfc19(46)4214.

BRASIL. **Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003**. Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2003. Disponível em: https://www.jusbrasil.com.br/legislacao/98301/estatuto-do-idoso-lei-10741-03. Acesso em: 22 out. 2025.

BRASIL. **Lei nº 8.842, de 4 de janeiro de 1994**. Dispõe sobre a Política Nacional do Idoso, cria o Conselho Nacional do Idoso e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1994. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8842.htm. Acesso em: 22 out. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Promoção da Saúde**. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2025. Disponível em: https://www.gov.br/saude/pt-br/composicao/saps/promocao-da-saude. Acesso em: 3 nov. 2025.

BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. **Crescimento da população idosa brasileira expõe urgência de políticas públicas para combater violações e desigualdades**. Brasília, DF: Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, 2024. Disponível em: https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2024/junho/crescimento-da-populacao-idosa-brasileira-expoe-urgencia-de-politicas-publicas-para-combater-violacoes-e-desigualdades. Acesso em: 24 out. 2025.

CARVALHO, M. F.; GOMES, A. P. Comorbidades associadas ao envelhecimento e funcionalidade. **Journal of Cachexia, Sarcopenia and Muscle**, v. 14, n. 5, 2023. Disponível em: https://onlinelibrary.wiley.com/doi/epdf/10.1002/jcsm.13819. Acesso em: 27 out. 2025.

COSTA, L. M. *et al.* Políticas públicas e atenção integral à saúde do idoso. **Revista Brasileira em Promoção da Saúde**, Fortaleza, v. 35, n. 2, 2023. Disponível em: https://ojs.unifor.br/RBPS/article/view/11762/6763. Acesso em: 27 out. 2025.

DO NASCIMENTO, L. A.; ALIBERTI, M. J. R.; GOLIN, N.; SUÍTER, E.; MORINAGA, C. V.; AVELINO SILVA, T. J.; CURIATI, P. K. Nutritional status predicts functional recovery and adverse outcomes in older adults: a prospective cohort study. **Journal of Cachexia, Sarcopenia and Muscle**, v. 16, n. 2, e13819, abr. 2025. DOI: 10.1002/jcsm.13819.

FERREIRA, C. S. *et al.* Políticas públicas e o cuidado ao idoso no Brasil. **Revista de Saúde Pública**, São Paulo, v. 57, e34, 2023. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rsp/a/5C5HqBvXhJfbLJYYJ8NvJZC/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 21 out. 2025.

FREITAS, E. V.; PY, L. Envelhecimento populacional e desafios para o sistema de saúde brasileiro. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 32, n. 1, 2022. Disponível em: https://www.scielo.br/j/physis/a/XqzFgPPbgmsKyJxFPBWgB3K/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 21 out. 2025.

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ (FIOCRUZ). **Estudo aponta que 75% dos idosos usam apenas o SUS**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2018. Disponível em: https://fiocruz.br/noticia/2018/10/estudo-aponta-que-75-dos-idosos-usam-apenas-o-sus. Acesso em: 22 out. 2025.

INSTITUTO DE ESTUDOS PARA POLÍTICAS DE SAÚDE (IEPS). Who will take care of us when we get old? **Estudo Institucional IEPS**, São Paulo, n. 10, 2023. Disponível em: https://ieps.org.br/wp-content/uploads/2023/01/Estudo_Institucional_IEPS_10.pdf. Acesso em: 30 out. 2025.

JESUS, Jayane Quixabeira de. **A relevância do nutricionista na qualidade de vida da população geriátrica**: uma revisão sistemática. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Nutrição) – Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2023. Disponível em: https://repositorio.pucgoias.edu.br/jspui/bitstream/123456789/1900/1/TCC%20JAYANE%20QUIXABEIRA%20DE%20JESUS%20-%20REVISADO%20AP%C3%93S%20DEFESA%20ORAL.pdf. Acesso em: 4 nov. 2025.

LOPES, C. D. *et al.* Prevalência de desnutrição em idosos hospitalizados e fatores associados. **Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia**, v. 23, n. 4, p. 1-11, 2020.

MARTINS, A. S. *et al*. Direitos sociais e envelhecimento populacional no Brasil. **Revista FOCO**, v. 14, n. 1, 2024. Disponível em: https://ojs.focopublicacoes.com.br/foco/article/view/7049/5069. Acesso em: 2 nov. 2025.

MENDES, T. S. *et al.* Saúde do idoso e políticas públicas: desafios para o Brasil contemporâneo. **Revista Científica Scientific Society**, v. 4, n. 7, 2025. Disponível em: https://revista.scientificsociety.net/wp-content/uploads/2025/07/Art.ID_.1086.pdf. Acesso em: 2 nov. 2025.

RODRIGUES, P. F.; ALVES, T. L. A proteção social da pessoa idosa no Brasil. **Revista FOCO**, v. 13, n. 2, 2023. Disponível em: https://ojs.focopublicacoes.com.br/foco/article/view/6401/4622. Acesso em: 4 nov. 2025.

SANTOS, P. R. *et al.* Aspectos psicossociais do envelhecimento e qualidade de vida de idosos. **Psicologia e Saber Social**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 1, 2022. Disponível em: https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2177-093X2022000100016. Acesso em: 31 out. 2025.

SILVA, J. M.; ALMEIDA, R. F. Desafios do envelhecimento populacional e as políticas públicas de saúde no Brasil. **Revista da Faculdade de Serviço Social da PUCRS**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, 2022. Disponível em: https://revistaseletronicas.pucrs.br/fass/article/view/45533/28992. Acesso em: 1 nov. 2025.

SOUZA, R. A.; MENEZES, G. A. *et al.* Envelhecimento populacional e a necessidade de políticas públicas de atenção à saúde do idoso. **Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 4, 2022. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbgg/a/pSRcgwghsRTjc3MYdXDC9hF/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 4 nov. 2025.

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.